



PERSPECTIVAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

VOL. 8, Nº 2 (ESPECIAL), 2023, P. 160-173
ISSN: 2448-2390

Educação e contra-educação nas sociedades democráticas

Education and counter-education in democratic societies

DOI: 10.20873/rpv8n2-79

Patrice Canivez

Orcid: 0000-0001-8105-5051
Email: patrice.canivez@univ.lille.fr

Resumo

A questão da relação entre educação e democracia emerge de duas perspectivas. Por um lado, está relacionada ao papel das instituições educacionais. Por outro, envolve o próprio processo democrático, ou seja, as interações e as relações de poder entre grupos e instituições no âmbito da delegação de poder, tomada de decisões coletivas e implementação das decisões tomadas. Neste artigo, buscarei desenvolver a ideia de que o processo democrático consiste em uma troca educativa entre a sociedade civil e o Estado, entre os governados e os governantes. Procurarei demonstrar que esse processo ocorre de tal forma que também produz efeitos contraproducentes à educação. O paradoxo do processo democrático reside no fato de permitir a tomada de decisões coletivas por meio de uma “pedagogia política”, enquanto, ao mesmo tempo, engendra um tipo de contrapedagogia ao despertar sentimentos antissociais. O resultado é uma variante política da sociabilidade sociável de Kant (*ungesellige Geselligkeit*), ou seja, uma forma de sociabilidade sociável que se manifesta não apenas em termos de cooperação social (como em “Ideia de uma História Universal com um propósito cosmopolita”), mas também em termos de ação coletiva para abordar problemas que só podem ser solucionados de forma conjunta, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Pretendo extrair algumas conclusões dessa descrição em ambos os níveis.

Palavras-chave

Educação. Democracia. Pedagogia política. Cidadania. Sociabilidade sociável.

Abstract

The question of the relationship between education and democracy emerges from two perspectives. On the one hand, it relates to the role of educational institutions. On the other hand, it involves the democratic process itself, i.e. the interactions and power relations between groups and institutions in the context of delegating power, making collective decisions and implementing the decisions taken. In this article, I will seek to develop the idea that the democratic process consists of an educational exchange between civil society and the state, between the governed and the governors. I will try to demonstrate that this process occurs in such a way that it also produces counterproductive effects on education. The paradox of the democratic process lies in the fact that it enables collective decision-making through a “political pedagogy”, while at the same

time engendering a kind of counter-pedagogy by arousing anti-social sentiments. The result is a political variant of Kant's sociable sociability (*ungesellige Geselligkeit*), that is, a form of sociable sociability that manifests itself not only in terms of social cooperation (as in the "Essay on Universal History from a Cosmopolitan Point of View"), but also in terms of collective action to address problems that can only be solved jointly, both nationally and internationally. I intend to draw some conclusions from this description at both levels.

Keywords

Education. Democracy. Political pedagogy. Citizenship. Sociability.

A questão das relações entre educação e democracia se põe de dois modos distintos. De um lado, ela concerne ao trabalho dos estabelecimentos de ensino. De outro, tem a ver com o próprio processo democrático, quer dizer, com as interações e as relações de força entre os grupos e as instituições enquadradas no processo de alternância do poder, tomada de decisão coletiva e realização das decisões tomadas. Nesta comunicação, vou tentar desenvolver a ideia de que o processo democrático consiste em uma educação recíproca da sociedade civil e do Estado, dos governados e dos governantes. Tentarei mostrar que o processo se desenrola de tal modo que engendra também efeitos contra-educativos. O paradoxo do processo democrático é que ele permite a tomada de decisão coletiva por uma « pedagogia política », mas realiza, ao mesmo tempo, uma forma de contra-educação ao suscitar sentimentos antissociais. Temos, assim, uma versão política da insociável sociabilidade (*ungesellige Geselligkeit*) de Kant, isto é, uma forma de insociável sociabilidade que se implanta, não apenas no plano da cooperação social (como no *Ensaio sobre a história universal de um ponto de vista cosmopolita*), mas naquele da ação coletiva em vista da solução de problemas que não só podem ser resolvidos coletivamente, ao mesmo tempo no plano nacional e naquele internacional. Tentarei extrair algumas conclusões dessa descrição em dois planos.

Jürgen Habermas desenvolveu a ideia de uma educação ou « civilização » do poder estatal pela sociedade civil. Em seu ensaio sobre a *Constituição da Europa (Zur Verfassung Europas)*, ele fala de um processo de legislação e de civilização da violência de Estado (*Verrechtlichung und Zivilisierung staatlicher Gewalt*). A ideia é que o Estado constitui a institucionalização do poder, particularmente sob a forma de uma administração, e que o exercício desse poder, no

quadro do monopólio estatal da violência, deve ser controlado e « disciplinado » pela sociedade civil. Isso corresponde ao esquema fundamental da teoria habermasiana, para a qual a legitimação do poder resulta dos processos de comunicação que se desenvolvem no seio da sociedade civil. A instituição da discussão em sua forma parlamentar desempenha, assim, um papel essencial, de modo que Habermas entrevê uma interação entre os espaços públicos no seio da sociedade civil e os espaços públicos que fazem parte da organização institucional do Estado democrático. Mas há ainda o fato de que, para Habermas, o lugar próprio da legitimação do poder continua sendo a sociedade civil. Nesse sentido, o que conta é a ação da sociedade civil sobre o Estado e sobre suas instituições.

Entretanto, a ação da sociedade civil não consiste apenas na exigência de que o exercício do poder tome formas legais e não-violentas. Ela consiste também na exigência de que a administração trate de problemas que lhe escapam ou que ela tenderia a ignorar. A ideia é desenvolvida em *Direito e democracia (Fakticität und Geltung)*. A sociedade civil tem como tarefa levar para o centro do debate público os problemas que fazem parte da experiência vivida de seus membros, mas que continuam periféricos na agenda do governo e da administração. Ela consiste também na oposição à racionalidade calculadora de uma administração orientada para a eficácia, uma ética da comunicação que visa o acordo sobre o significado dos valores que dirigem a ação.

A tese de uma ação da sociedade civil para educar e disciplinar o poder estatal conhece uma forma de ilustração nas mobilizações e nos movimentos coletivos que aparecem neste momento por todo mundo: as manifestações semanais na Argélia, a contestação no Chile, no Líbano, em Hong Kong, na Bolívia, os « coletes amarelos » na França. Por todo lado, vemos movimentos de opinião que protestam ao mesmo tempo contra a ausência de democracia (ou o risco de regressão da democracia) e contra a perpetuação e o crescimento das desigualdades. Em todo canto está presente a ideia de que as elites políticas exercem o poder segundo os interesses de lobistas e das classes mais favorecidas da sociedade, mas também a de que elas são culpadas pela realidade e pela violência social que esta comporta. Nessa perspectiva, a sociedade civil deve exercer uma pressão educativa para que o Estado use de seu poder nos estritos limites da

legalidade, mas também para que a administração e a classe política tomem consciência da realidade tal como ela é vivida pelos cidadãos.

Essa ideia de uma educação do poder pela sociedade civil faz parte do processo democrático. No entanto, a pressão da sociedade civil sobre os governos e sobre o aparelho do Estado é ambivalente. De um lado, a ação da sociedade civil não se limita à influência da comunicação deliberativa sobre uma administração que funciona segundo o padrão do cálculo racional. A oposição entre a sociedade civil e o Estado não é simplesmente a oposição entre discussão razoável e cálculo racional. As mobilizações populares podem fazer valer o direito contra a violência, a exigência democrática contra o nepotismo e a corrupção. Mas essas mobilizações podem comportar uma parte não negligenciável de violência nihilista, de expressão violenta da revolta sem perspectiva nem estratégia políticas. As redes sociais oferecem apenas de forma excepcional espaços de discussão nos quais posições argumentadas se confrontam em vista do alcance de um consenso razoável. Muitas vezes, nas redes, promove-se muito mais a desinformação deliberada e a expressão de formas extremas de agressividade. Isso se deve, em parte, ao fato de que as redes sociais não são espaços públicos. Elas são espaços semipúblicos nos quais podemos preservar uma forma de anonimato e nos quais os apelos à violência não são freados pelo autocontrole que a publicidade engendra. Logo, as redes sociais são heterogêneas. Podem tanto contribuir para o desenvolvimento do debate público quanto para a desinibição da violência. Podem facilitar a educação recíproca dos cidadãos pela troca de argumentos. Mas podem também ter uma ação antieducativa dando de novo uma forma de legitimidade a comportamentos antissociais.

A ideia de uma educação do Estado pela sociedade civil comporta um lado de verdade, mas isso é apenas uma parte da realidade. Na verdade, é claro que a sociedade civil precisa também de uma educação política. Uma das tarefas mais urgentes é a elevação do nível do debate público ou, pelo menos, impedir que ele não se degrade de antemão. Os estabelecimentos públicos de ensino têm, nesse sentido, um papel crucial a desempenhar. Eles compartilham com os meios de comunicação, mas também com os partidos políticos, a responsabilidade de transmitir aos futuros cidadãos a ideia, o gosto e os métodos do debate argumentativo. A importância

do acesso à educação e da qualidade da educação oferecida é evidente. A ideia da educação civil pelo Estado, ao contrário, não deixa de suscitar suspeitas. Ela vai de encontro aos nossos hábitos mentais, forjados pela tradição do liberalismo político que insiste sobre a parte arbitrária que comporta todo uso de poder e sobre a necessidade de limitar a ação do Estado para preservar as liberdades. Ela, portanto, não faz mais do que retomar, nas condições modernas, a ideia antiga do papel educador da πόλις, aquele que encontramos em Platão e Aristóteles.

É possível que a antiga concepção da cidade como instituição de educação não esteja completamente ultrapassada. É uma das teses da *Filosofia política* de Eric Weil. Ela não se atém apenas ao fato de que a obrigação legal é necessária para reprimir a violência sob todas as suas formas: violência da delinquência, incitação ao ódio racial, violência econômica da competição desregrada, violência social das relações de sujeição entre homens e mulheres, entre comunidades etc. Certamente, a obrigação legal deve ter como efeito o desenvolvimento de formas de autocontrole. Mas devemos precisar que essa ação educativa concerne ao Estado enquanto Estado de direito. Ela supõe que as supremas cortes e os tribunais sejam suficientemente independentes para impor o respeito das obrigações legais não apenas aos cidadãos, mas também à ação do governo e de sua administração. Dito de outra forma, o Estado só desempenha um papel educativo à medida que respeita o princípio da interdependência dos poderes. Ele só desenvolve essa função à medida que o governo e sua administração também se submetem à disciplina do respeito da constituição. Nessa perspectiva, a atitude dos cidadãos é decisiva. Todos os cidadãos – os membros do governo, a administração, os deputados, os juízes, tanto quanto os cidadãos comuns, os membros das associações, das organizações profissionais etc., são responsáveis pelo respeito aos princípios constitucionais. De sua vigilância e de sua capacidade de resistência à desconstrução do Estado de direito depende a preservação ou a restauração do « espírito das leis » próprio da democracia constitucional, que é o espírito do respeito livremente consentido às instituições.

Entretanto, há outro aspecto sob o qual o Estado tem um papel « pedagógico » a desempenhar, aquele do desenvolvimento de um pensamento político. Na verdade, é próprio de um pensamento político uma visão *sinótica* sobre o conjunto da cidade (ou da sociedade) e dos

problemas que se põem nela. A ideia é um pouco negligenciada pelo pensamento contemporâneo, mas faz parte da grande tradição da reflexão política desde Platão e Aristóteles até Hegel – e mesmo até o Lenin de *Que fazer?* Para Hegel, a sociedade civil não pensa politicamente. Os membros da sociedade defendem interesses e convicções que podem ser legítimos, mas que não formam um pensamento propriamente político. Em sua *Filosofia do direito*, Hegel considera uma educação política em estágios, mais precisamente: pela sucessiva ampliação da forma de pensar. A título individual, os membros da sociedade civil exprimem interesses e convicções que são seus e de sua família. Enquanto membros de uma corporação – quer dizer, de uma organização profissional, de um sindicato etc. –, eles assumem um ponto de vista ampliado sobre a sociedade. Por exemplo, como membro de um sindicato de transportes, um motorista de caminhão se inicia no problema dos transportes em geral. Muito mais, ele assume uma visão global sobre a sociedade. Mas se trata de uma visão sobre o conjunto da sociedade, de uma visão sobre o todo a partir de um ponto de vista particular, aquele dos transportes e das comunicações. A participação em organizações profissionais é, portanto, uma mediação, uma etapa no processo que conduz ao desenvolvimento de um pensamento propriamente político. Mas essa é apenas uma etapa, pois a visão sinótica que caracteriza o pensamento político consiste em tomar um ponto de vista do conjunto dos problemas da sociedade. É próprio de um governo – ou em Hegel, da alta função pública, dos « funcionários do universal » – levar em conta o conjunto dos problemas. No quadro de uma democracia constitucional, esta tarefa é aquela do governo, quer se trate do governo atualmente no poder quer de um governo reserva preparado pela oposição. Trata-se de considerar o conjunto dos problemas e suas interrelações, quer dizer, o fato de que eles não podem ser resolvidos independentemente uns dos outros. É preciso tratar ao mesmo tempo o problema dos transportes, da previdência social, da proteção do meio ambiente, do crescimento econômico, da segurança interna e externa etc.

A mesma observação vale para as associações. A teoria social e política tende agora a estabelecer a diferença entre a sociedade no sentido de organização do trabalho social e a sociedade civil vista como o lugar das atividades associativas. Para nós, o conceito hegeliano de sociedade civil burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) tende a se dividir em duas dimensões

distintas: de um lado, a dimensão econômica, a organização do trabalho e do mercado; de outro, a dimensão associativa em que formas de participação cidadã mais ou menos instituídas contribuem para a determinação e para o tratamento dos problemas. Mas o raciocínio de Hegel sobre as corporações se aplica também às associações e às instituições não-governamentais. Essas associações reforçam o papel de mediação que a sociedade civil desempenha entre o indivíduo e o Estado. Uma associação que se dedica à urgência climática tem uma visão de conjunto da sociedade, mas do ponto de vista da proteção ambiental. Enquanto tal, ela não se ocupa com o problema da formação profissional dos professores ou da falta de médicos na zona rural. De novo, é preciso distinguir o ponto de vista político como perspectiva sinótica que só consegue ver a sociedade sob um ângulo particular, mas que a vê no esforço para apreender o conjunto dos problemas e de sua interdependência.

Um dos lugares no qual esse ponto de vista sinótico é elaborado e discutido é o parlamento. Ele passa pelo confronto entre os partidos e, notadamente, pelo confronto entre o governo e a oposição. Aqui, o funcionamento das instituições políticas só torna possível uma « pedagogia política », quer dizer, a educação da opinião, no quadro de uma democracia constitucional fundada sobre a interdependência dos poderes. Quando ele toma a forma de uma autocracia ou de uma democracia « iliberal », o Estado funcionará, ao contrário, como uma instituição antieducativa que destrói pela propaganda, pela arbitrariedade, pela manipulação da opinião etc., a aptidão dos cidadãos para pensar politicamente, isto é, para pensar a realidade da situação e dos problemas que só podem ser regulados por uma ação coletiva.

No contexto da democracia constitucional e do pluralismo político, a educação dos cidadãos à maneira política de pensar está ligada à existência dos partidos políticos. Aqui também a observação vai ao encontro da sensibilidade atual, sabendo que os partidos políticos ditos « tradicionais » caíram em largo descrédito – do qual eles são em grande parte responsáveis – e que os movimentos de cidadãos de base correspondem quase sempre a uma rejeição da classe política e de suas chamadas elites. Entretanto, uma maneira para pôr de novo em questão a separação entre o povo e as elites, é insistir sobre a vocação de cada cidadão para pensar

politicamente. É o credo da democracia, o princípio que funda todo o resto: a vocação de cada cidadão a participar da discussão argumentativa.

Esse princípio está inscrito no status jurídico dos cidadãos. No quadro das democracias constitucionais, os cidadãos não são apenas governados que escolhem seus governantes. Segundo a fórmula de Eric Weil, eles têm o status de governantes em potência. Dito de outro modo, a democracia moderna não se define somente pelo sufrágio universal, mas pela elegibilidade de todos os cidadãos para todas as funções, pelo fato de que todo cidadão, se tiver essa vocação, pode solicitar de seus concidadãos um mandato eletivo, em qualquer nível que seja: local, regional, nacional etc. Os cidadãos são, então, considerados a título individual como « governantes em potência ». Coletivamente, eles devem tomar parte da decisão política durante as eleições, aprovando o programa de um partido ou de uma coalizão de partidos. A oposição entre Estado e sociedade civil mascara, então, o fato de que, do ponto de vista da lei, o Estado não se reduz à administração. Ele também não se reduz a um conjunto de instituições – grosso modo, os poderes legislativo, executivo e judiciário – que dominariam a sociedade a partir de cima. É também uma comunidade de cidadãos « coparticipantes no governo », para retomar uma fórmula de Hannah Arendt. O Estado é a organização política que permite a essa comunidade tomar coletivamente consciência dos problemas e deliberar sobre as escolhas mais adaptadas para resolvê-los.

A aptidão para considerar os problemas do ponto de vista das decisões estabelece a diferença entre o cidadão ativo e o cidadão passivo no sentido de Eric Weil. O cidadão passivo contenta-se em reagir à ação governamental opondo-lhe: a) seja seus interesses socioeconômicos, b) seja suas convicções morais (por exemplo, no caso da oposição ao aborto ou à procriação assistida). O cidadão ativo toma posição ao se colocar no lugar daquele que decide. É, assim, capaz de defender um projeto político alternativo (ou de defender o do governo atual, se o achar justo). Em outros termos, a diferença entre o cidadão ativo e o cidadão simplesmente reativo começa na maneira de pensar. O ativismo não é suficiente para fazer o cidadão ativo, a ação política começa pela adoção da forma política de pensar.

Nessa perspectiva, o papel dos partidos políticos deveria ser decisivo. Trata-se do papel de contribuir com a pedagogia política, isto é, com a análise da situação, com a formulação correta dos problemas e com a elaboração de um programa de ação. Eles podem contribuir com esta pedagogia política de dois modos. De um lado, eles propõem a seus membros e a seus aderentes um método de análise que corresponde à sua sensibilidade política. Mas é justamente por isso que a pedagogia dos partidos políticos muitas vezes reforça as convicções e os preconceitos de seus aderentes – no que se torna difícil distingui-la de uma propaganda. De outro lado, entretanto, a diversidade dos partidos oferece a um público de cidadãos a possibilidade de confrontar os modos concorrentes de analisar a sociedade, as maneiras diferentes de assumir uma visão de conjunto dos problemas que se põem, e de corrigir as tendências dessas diferenças análises confrontando-as umas às outras.

Os partidos políticos são, então, um elemento essencial da ação política democrática. Ao mesmo tempo, eles são também o seu elo fraco. Isso se deve à natureza ambivalente de seu funcionamento. Os partidos políticos são, em princípio, instituições de educação política que devem formar governos alternativos. Mas são também instrumentos de conquista e de conservação do poder. Eles servem à promoção de « personalidades » políticas. Há, portanto, uma tensão constitutiva entre o papel estratégico dos partidos e seu papel « pedagógico ». De um lado, a pedagogia política pode se transformar em lavagem cerebral ideológica; de outro lado, os partidos políticos têm um funcionamento oligárquico. Enquanto devem formar equipes governamentais de reserva, eles põem a serviço de profissionais da política (políticos de carreira) o ativismo do conjunto de aderentes e de simpatizantes.

Essas coisas são bem conhecidas. Mas merece ser observado que os partidos políticos desempenham também um papel antieducativo que contrabalança o papel pedagógico que eles supostamente devem cumprir. Como eles são organizações na luta pelo poder e na competição política, desenvolvem sentimentos antagônicos na relação entre os adversários políticos e as classes da população que os apoiam. Há uma forma de insociável sociabilidade que é própria da vida política. A insociável sociabilidade, para Kant, é um movimento de atração/repulsão. Cada indivíduo procura ao mesmo tempo a cooperação com os outros e servir-se dessa cooperação

em proveito próprio. Como se sabe, todos os outros querem – como nós – servir-se da cooperação social para a satisfação de seu egoísmo natural, cada um é, ao mesmo tempo, inclinado a cooperar com os outros e a resistir a eles. Cada um desenvolve, ao mesmo tempo, uma forma de sociabilidade e uma forma de insociabilidade. Kant pensava que esta tensão, se for regulada por um quadro legal que assegure a igualdade de direitos, pode levar a uma competição frutuosa. Mas no plano político, é precisamente a competição que cria problemas. Quando realizada nas formas legais, a competição leva a mecanismo de devolução pacífica do poder. Mas essa competição, apoiando-se sobre a agressividade natural dos membros da sociedade, estimula essa agressividade na luta social e política. Ao mesmo tempo que desempenham um papel na socialização e na educação política dos cidadãos, as organizações políticas se apoiam sobre os antagonismos sociais que elas se esforçam para acentuar. Quando são dirigidas por pessoas responsáveis, elas sabem até onde podem ir e quais limites não devem atravessar. É que uma vez conquistado o poder, é preciso governar com o apoio da maioria e governar em vista do bem comum. É preciso, portanto, que os antagonismos que foram desenvolvidos na conquista do poder sejam contidos em certos limites. Uma forma de os conter é torná-los antagonismos na maneira de pensar, nos diferentes modos de abordar e de tratar os problemas. A competição política estimula e mobiliza formas de agressividade que podem ser sublimadas sob a forma de um combate na argumentação. Mas ao invés de concorrer ao mesmo tempo para a estimulação e para a « sublimação » da agressividade, os partidos políticos podem caminhar no sentido inverso e transformar esses antagonismos em ódio social, em demonização dos adversários – por exemplo, ao tratá-los como « podridão humana » – para condená-los à vingança popular etc.

Sem ir a casos extremos, o problema da discussão política é que ela é uma discussão entre grupos, camadas sociais e comunidades mais ou menos organizadas. Não é uma discussão entre indivíduos. É uma discussão entre os representantes desses grupos e dessas comunidades, que são os líderes das organizações políticas – partidos políticos, movimentos etc. – dos quais elas são eventualmente dotadas. Por causa disso, a discussão tem sempre múltiplos problemas. De um lado, ela tem como problema a salvaguarda dos interesses e dos valores morais que são aqueles dos grupos ou das comunidades representadas por esses partidos ou

movimentos políticos. Ela tem também a questão da defesa dos interesses dos próprios partidos políticos, quer dizer: seu lugar no tabuleiro político, sua influência, sua capacidade de conquistar e de exercer o poder. Por isso, a discussão política tem sempre uma dupla dimensão: é ao mesmo tempo uma negociação de interesses entre os grupos e as comunidades e uma reflexão sobre a definição dos valores que devem orientar a ação. O risco da discussão política é que ela degenera em uma simples barganha em vista da partilha do poder – barganha entre partidos, barganha entre diferentes correntes dentro de um partido político. Depende em parte dos cidadãos que a discussão política não seja somente um instrumento de manobras « politiquieras », mas permaneça sempre como o meio de uma reflexão coletiva sobre o significado a ser dado aos valores comuns que devem orientar a ação.

Voltamos, então, à ideia de uma pressão de baixo para cima. Mas desta vez, a pressão não é aquela da sociedade civil sobre o Estado, mas a de uma comunidade de cidadãos que pensam politicamente – ou seja, que concebem a si mesmos como membros do Estado, não como simples membros da sociedade civil. Toca aos cidadãos – à opinião pública – pressionar a classe política para que o debate público não desça abaixo de um certo nível. Mas isso depende também da ação dos estabelecimentos de educação e da difusão de uma cultura do diálogo no seio do corpo cívico. A discussão política não é um diálogo filosófico – talvez seja essa uma das falhas da teoria habermasiana: conceber a discussão segundo o modelo do diálogo. A discussão política é ao mesmo tempo um debate sobre o significado dos valores que dirigem a ação e uma negociação dos interesses entre os grupos e as comunidades, bem como entre as suas instituições e os seus representantes (ou seus chefes). O que a difusão de uma cultura do diálogo no corpo civil pode fazer é, ao contrário, permitir que a opinião pressione a discussão para que esta última seja sempre e ao mesmo tempo um debate sobre o sentido da ação, e que não se reduza a uma batalha de imagens, de propaganda ou de *tweets* para prevalecer em uma relação de forças.

Duas observações conclusivas

1. A democracia, quando funciona, promove uma educação recíproca dos governados e dos governantes, de governados que são governantes em potência e de governantes que só o são por mandados temporalmente limitados. O princípio da democracia é aquele de uma sorte de círculo virtuoso que assegura a possibilidade de tomar coletivamente decisões sensatas. Entretanto, o processo engendra efeitos contra-educativos. Disso, o círculo virtuoso pode, a todo momento, tornar-se um círculo vicioso. A sociedade pode se tornar mais violenta, os « fluxos de comunicação », para falar como Habermas, podem contribuir para desinibir a agressividade e a « legitimar novamente » formas de violência sempre mais radicais. Os « líderes populistas » encorajam esses fenômenos de desinibição e o Estado, sob a direção deles, pode se transformar em instituição antieducativa. Neste caso, como mostra o exemplo das « democracias iliberais », a conversão do papel educativo do Estado em ação contra-educativa caminha ao lado da questão novamente posta da interdependência poderes. A transformação do Estado em instituição antieducativa passa pelos questionamentos acerca da independência dos tribunais e do controle da ação governamental pelo parlamento. Tratando-se de escolhas políticas, as decisões mais aberrantes podem ser tomadas, o processo democrático pode conduzir ao poder líderes cínicos ou incompetentes. A democracia não finda necessariamente em tirania, como pensava Platão, ela pode simplesmente afundar na mediocridade. Mas nisso não há nada de reconfortante: neste caso, a comunidade não é capaz de adotar e de defender políticos que estejam à altura dos problemas que ela deve imperiosamente resolver.

2. O que foi dito dos partidos políticos dentro do Estado vale igualmente para as relações entre os Estados. Os Estados defendem os interesses econômicos e culturais das nações (no caso do Estado-nação) ou das nacionalidades ou das comunidades (no caso dos Estados multinacionais), das quais eles são a organização política. No plano internacional, a discussão sempre será ao mesmo tempo uma negociação de interesses e uma discussão sobre o sentido a ser dado aos valores, a princípio, compartilhados. Esta discussão entre Estados é tanto mais essencial quanto o desafio das relações internacionais já não é mais simplesmente avançar para um cosmopolitismo que garanta uma paz duradoura, mas avançar para uma forma de cosmopolitismo

que, para além da preservação da paz, torne possível uma ação coletiva para resolver problemas globais: a luta contra a exploração dos seres humanos, a defesa do meio-ambiente etc. Mas aqui encontramos o mesmo problema indicado a propósito dos partidos políticos. Assim como a rivalidade entre os partidos os leva a estimular a agressividade natural dos seus membros e os seus sentimentos antissociais, a competição entre os Estados leva-os a estimular sentimentos antissociais em escala global. Isso se traduz nas várias formas de nacionalismo, que vão da arrogância para com outras nações à xenofobia aberta, passando pelo desprezo por outras tradições. Os Estados, tal como os partidos políticos, são simultaneamente parceiros e concorrentes. Desenvolvem sentimentos de solidariedade enquanto parceiros, e ao mesmo tempo sentimentos de hostilidade como concorrentes. Tal como a educação política dentro dos Estados, a educação cosmopolita é uma espécie de trabalho de Penélope que está constantemente a ser feito e desfeito. A questão é saber se damos um passo à frente e um passo atrás, ou dois passos à frente e um passo atrás, ou um passo à frente e dois passos atrás. Temos, assim, uma versão contemporânea das três versões da história humana distinguidas por Kant na segunda seção de *Conflito de Faculdades*: ou uma inquietação que, no todo, não nos faz avançar nem recuar, ou um progresso, ou um declínio. *Em princípio*, chegamos a uma época em que a nossa tomada de consciência dos problemas globais e dos processos históricos deveria permitir-nos continuar a progredir sem recorrer à guerra. *Em princípio*, deveríamos ser capazes de avançar para uma forma de cosmopolitismo e continuar *sem violência* uma história humana que começou na violência e que até agora se desenvolveu *pela* violência. Mas isto é apenas em princípio. O retorno da guerra à Europa mostra que a regressão é sempre possível. Tal como alguns partidos políticos, os Estados podem transformar-se em formidáveis instrumentos de antieducação. Mas isto significa que os problemas globais que enfrentamos continuarão sem solução: a guerra económica terá precedência sobre a ação concentrada para reduzir a degradação climática. O recurso à guerra « *tout court* » varrerá as premissas de uma democracia global. E a desigualdade da distribuição das riquezas em escala global, agravada pelo esgotamento dos recursos naturais, suscitará sempre novas violências.

Recebido em: 14/07/2022
Aprovado em: 12/10/2022

Patrice Canivez

Doutor em Filosofia e professor da Universidade de Lille.